



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

1. Apresentação do Poder Judiciário e das Demonstrações Contábeis

1.1. Do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), órgão integrante do Poder Judiciário estadual, nos termos do art. 92 da Constituição Federal de 1988, detentor de autonomia administrativa e financeira, tem como atividade precípua a prestação jurisdicional buscando solucionar os conflitos da sociedade de forma mais célere e acessível, contribuindo, assim, com a paz social.

Compromissado na implementação de várias ações necessárias ao atingimento de sua missão, este Poder vem implantando vários projetos em prol da celeridade processual, melhoria de sua estrutura física e tecnológica, política de valorização funcional dos servidores, dentre outros.

Nesse contexto, merece destaque o Processo Judicial Eletrônico (PJe), capitaneado e desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), objetivando a automação de todo o Judiciário Nacional.

Considerado um marco na história do Judiciário brasileiro, vem sendo desenvolvido sobre uma base tecnológica sólida, poderosa e segura em relação à operacionalização por todos os usuários envolvidos nesse processo, interligado diretamente com a Receita Federal do Brasil, para assegurar a identificação adequada das partes, e com o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, para garantir a regularidade de atuação dos advogados.

As vantagens advindas do uso dessa ferramenta são muitas, como por exemplo: aumento da celeridade processual, responsabilidade com meio ambiente ante redução da utilização de papel, redução das construções ou aquisições de imóveis, custeio e pessoal, melhoria de acessibilidade do cidadão ao Judiciário Nacional, entre outros.

No âmbito do TJPE, o uso dessa ferramenta alcançou 35,5% de sua estrutura total, motivo pelo qual em agosto de 2015, o CNJ reconheceu este Tribunal como a corte de justiça estadual com maior número de processos tramitando via Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Vale mencionar que o Poder apresentou resultados positivos na prestação jurisdicional a sociedade, o exemplo foi o cumprimento da Meta 1 do CNJ que é julgar mais processos que a quantidade dos que são distribuídos no mesmo exercício, cujo indicador correspondeu a 103,45% em 2015. Outro exemplo, elogiado nacionalmente, pela estrutura montada, foi o Mutirão para diminuição de





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

pendências nas Varas de Executivos Fiscais de Recife, realizado em julho de 2015, fruto de parceria firmada entre o TJPE, Governo do Estado e Prefeitura da Cidade do Recife.

No aspecto econômico, o exercício de 2015 foi marcado por uma crise nacional, que impôs a adoção de contingências orçamentárias e financeiras. Impactado com esse cenário, o TJPE implementou um conjunto de ações visando o equilíbrio orçamentário e financeiro do Poder. Para tanto, reduziu despesas com gratificações, diárias, passagens, extinguiu alguns cargos comissionados e diminuiu o número de terceirizados e os gastos com investimentos.

Em relação à gestão dos recursos públicos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA), o Poder opera com duas Unidades Gestoras Executoras (UGE), a 070001–Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a 070002–Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ), este criado por meio da Lei 14.989/2013, iniciando suas operações em setembro/2013.

1.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Diante do cenário brasileiro de convergência aos padrões internacionais de contabilidade, continuamos envidando esforços para reconhecer, mensurar e evidenciar o patrimônio público da melhor forma, com o objetivo de refletir a realidade patrimonial da instituição, conforme normatizado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT SP 16), regulamentadas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Essas mudanças vêm ocorrendo de forma gradual, em observância aos normativos vigentes, considerando a dimensão que esse processo de construção requer, dentre outros, mudança de cultura e adaptações nos sistemas informatizados.

Um dos marcos nesse processo foi a adoção do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), em 2014, de uso obrigatório pelos entes da federação, que visa possibilitar a consolidação das contas nacionais, exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além do PCASP, desde o exercício de 2014, as demonstrações contábeis – Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e Demonstração das Variações Patrimoniais – vem sendo elaboradas em novos modelos, com base nas orientações contidas no MCASP e nas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), publicadas pela STN. Em relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa, esta não foi elaborada em 2014, em virtude da faculdade conferida pelo art. 1º da Portaria STN nº 733/2014, razão pela qual a de 2015 não apresenta os dados relativos ao exercício anterior.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

As Notas Explicativas foram elaboradas na seguinte ordem:

- 2) Sumário das Principais Práticas Contábeis;
- 3) Balanço Patrimonial;
- 4) Demonstração das Variações Patrimoniais;
- 5) Balanço Orçamentário;
- 6) Balanço Financeiro;
- 7) Demonstração de Fluxo de Caixa;
- 8) Detalhamento da Movimentação das Fontes de Recursos.

2. Sumário das Principais Práticas Contábeis

2.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

2.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os direitos inscritos a título de dívida ativa são atualizados mensalmente e este acréscimo é levado para conta de resultado. As obrigações relativas a cauções em pecúnia são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação.

A 6ª edição do MCASP prevê que “os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram”.

Sendo assim, instituir mecanismos que previnam a incerteza dos recebimentos futuros registrados no Ativo, revestindo o demonstrativo contábil de um maior grau de precisão, é necessário. O intuito deve ser demonstrar o real valor dos créditos tributários ou não tributários, contribuindo para o fortalecimento da visão patrimonial e proporcionando maior qualidade e transparência na informação contábil, em atendimento aos princípios de contabilidade, em especial ao Princípio da Prudência, o qual determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior para os do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Para tanto, em 2015, o TJPE realizou registro em conta contábil redutora do Ativo, denominada ajuste para perdas, que corresponde a estimativa da parcela de créditos a receber cuja realização provavelmente não ocorrerá.

A 6ª edição do MCASP não traz metodologias de forma exemplificativa que possam ser adotadas pelos entes. Por essa razão, o registro foi realizado com base nas orientações contidas no MCASP - 5ª edição – Parte III. A metodologia é baseada no histórico de recebimentos passados, a qual considera duas variáveis:

- média percentual de recebimentos passados;
- saldo atualizado da conta de créditos inscritos em Dívida Ativa e em créditos a receber.

A média percentual de recebimentos passados utiliza uma média ponderada dos recebimentos com relação aos montantes inscritos dos três últimos exercícios.

Conforme MCASP, essa média ponderada de recebimentos é calculada em cada um dos 03 (três) últimos exercícios pela divisão da média mensal de recebimentos em cada exercício pela média anual dos saldos mensais. Entretanto, após análise crítica desse indicador, entendemos que a evidenciação fica prejudicada se adotarmos a média mensal de recebimentos comparada ao saldo anual. Para uma comparabilidade adequada, os valores adotados devem utilizar a mesma base, ou seja, base anual. Dessa forma, ajustamos o modelo nesse ponto específico, a fim de garantir uma melhor evidenciação.

A partir da média ponderada dos recebimentos dos três últimos exercícios, calcula-se a média percentual de recebimentos pela divisão da soma desses percentuais dividida pelo número de exercícios correspondentes.

O valor do ajuste é calculado pela multiplicação do saldo da conta de valores inscritos em créditos a receber/dívida ativa pela média percentual de não recebimentos nos três últimos exercícios, ou seja, de 100% do potencial a receber deduzido da média percentual de recebimentos.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2014	2013	2012
Créditos recebidos no exercício	a1	a2	a3
Soma dos saldos mensais dos créditos a receber	b1	b2	b3
Média anual de saldos mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos três últimos exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para perdas	$f=100-e$		





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

2.3 Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/64.

2.4 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

Sistematicamente, os bens adquiridos pelo FERM são transferidos para a unidade TJPE, conforme o art. 6º da lei nº 14.989/2013, que prevê a incorporação de todos bens adquiridos ao patrimônio do Poder Judiciário do Estado, possibilitando assim o adequado controle patrimonial unificado.

Considerando o contexto de convergência às normas internacionais, descrito no item 1.2, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) exigiu de seus jurisdicionados um cronograma de implantação dos novos procedimentos contábeis patrimoniais, tendo este Poder enviado a última versão quando da prestação de contas do exercício de 2014. Esses procedimentos iniciais seguem orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...)”. Tal fato impacta na evidenciação do balanço patrimonial, reflexo das diversas ações realizadas, conforme detalhado abaixo.

Bens Móveis

O inventário inicial dos bens móveis, realizado pela Diretoria de Infraestrutura com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação, foi concluído nesse exercício. O levantamento físico dos bens foi realizado ainda em 2014 e a análise dos trabalhos foi finalizada em meados de 2015, cumprindo assim o prazo de conclusão previsto no referido cronograma para dezembro/2015. Importante ressaltar que os registros relativos ao referido inventário compreendem esse processo de adoção inicial das normas e, por essa razão, estão contemplados como ajustes de exercícios anteriores.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Bens Imóveis

A Diretoria de Contabilidade envidou esforços no sentido de realizar um mapeamento dos imóveis administrados pela área de patrimônio do Poder versus documentação existente no setor e na referida diretoria, em razão da ausência de um sistema de gestão patrimonial, para fins de melhor instrumentalizá-la na análise dos dados registrados, possibilitando maior segurança na continuidade dos registros dos imóveis, inclusive os decorrentes das avaliações que vem sendo realizadas pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA).

As referidas avaliações, cujo limite de conclusão informado no cronograma ao TCE é dezembro/2016, vem impulsionando diversos registros de ajuste e reconhecimento de bens imóveis, com impacto na conta de ajuste de exercícios anteriores por estarem contempladas no contexto de adoção inicial das normas. Além disso, consideram na sua estrutura o valor do terreno segregado da edificação, motivo pelo qual as instalações, quando existentes na contabilidade, terem sido incorporadas às respectivas edificações, com exceção da instalação de um imóvel.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pelo setor de engenharia, cuja propriedade não é do TJPE, os quais os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder, foram também incorporados ao patrimônio deste.

Em relação ao sistema informatizado de gestão patrimonial, este Poder encontra-se ainda nas tratativas para formalização de convênio com a Secretaria de Administração do Estado – SAD – PE, objetivando o uso da ferramenta de gestão nominada PE-Integrado, composta pelos módulos de Compras, Licitações, Contratos, Patrimônio e Almoxarifado, interligada ao sistema e-Fisco Financeiro, para atender ao disposto no MCASP e conseqüentemente ao cronograma assumido perante o TCE, limitado a prazos estabelecidos na Portaria nº 548/2015 da STN.

2.5 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, compreendendo o registro de softwares. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. Em 2012, havia sido definido o método da reavaliação para essa classe de bens. Entretanto, em 2013, foi realizada uma mudança de política contábil, adotando-se a partir de então, o método do custo para os intangíveis.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

2.6 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. No entanto, ainda não existe o reconhecimento deste fenômeno nas demonstrações do TJPE, em virtude da limitação do atual sistema de controle patrimonial, fato que será sanado com a implantação uma nova ferramenta, em discussão na instituição.

A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. No TJPE, o registro de amortização foi iniciado em 2012, com base no prazo contratual para alguns softwares ativados, aliado ao método da reavaliação. Contudo, em 2013, esse critério foi revisto, adotando-se o método do custo, com mudança na estimativa de vida útil desses bens, baseada em critérios técnicos, elaborados pela Secretaria de Tecnologia e Comunicação - SETIC. Em 2015, houve uma revisão do tempo de vida útil pela SETIC, conforme determina o MCASP, com a finalidade de manter a adequada evidenciação desses bens.

2.7. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e com o anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/64
- ✓ Quadro do Superávit /Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/64





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

3.1. Quadro do Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2015	2014
Conta Única	39.937,37	120.546,74
Contas Movimento	36.830,07	348.523,20
CDB/RDB	56.583.359,55	62.171.618,95
Fundos de Aplicação Financeira	0,01	0,01
TOTAL	56.660.127,00	62.640.688,90

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Créditos a Curto Prazo – Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, relacionados a adiantamento concedidos a servidores relativo ao abono constitucional de férias recebido em dezembro para gozo em janeiro/16, bem como relativo a suprimentos de fundos institucional para futura prestação de contas; créditos de apropriação indébita e encontro de contas ex-servidores (créditos por danos ao patrimônio); créditos gerados por multas aplicadas a fornecedores (créditos por outros contratos), além de outros créditos a receber.

Esses créditos constam evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2015	2014
Abono Constitucional de Férias	6.028.147,29	-
Créditos por Danos ao Patrimônio	2.352.478,86	1.510.568,05
Créditos por Outros Contratos	232.021,84	361.213,07
Suprimento de Fundos Institucional	-	28.427,97
Outros Créditos a receber	238,30	5.085,60
(-) Ajuste para Perdas de Créditos por Danos ao Patrimônio	(1.916.799,78)	-
(-) Ajuste para Perdas de Créditos de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	(189.051,40)	-
TOTAL	6.507.035,11	1.905.294,69

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Sendo assim, de acordo com as definições do cálculo para ajuste para perdas, citado no item 2.2, o quadro a seguir apresenta o percentual relativo aos créditos a receber obtido para as contas de créditos por outras responsabilidades / danos ao patrimônio e de créditos por outros contratos.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas de Créditos a Receber					
Descrição		2014	2013	2012	
Créditos recebidos no exercício	Créditos por outros contratos	77.244,88	99.886,48	178.486,06	
	Créditos por outras responsabilidades	9.657,32	-	-	
	Créditos a encaminhar p/inscr. Dívida ativa	-	8.871,03	10.513,74	
	Créditos Encaminhados p/inscrição dívida ativa	-	2.631,50	5.352,17	
	Soma	86.902,20	111.389,01	194.351,97	
Soma dos saldos mensais dos créditos a receber	Créditos por outros contratos	2.677.307,10	3.377.905,03	3.087.146,44	
	Créditos por outras responsabilidades	6.911.887,09	-	-	
	Créditos a encaminhar p/inscr. Dívida ativa	-	672.251,51	567.089,87	
	Créditos Encaminhados p/inscrição dívida ativa	-	3.990.252,09	4.656.846,84	
	SOMA	9.589.194,19	8.040.408,63	8.311.083,15	
Média anual de saldos mensais	(c = b/12)	799.099,52	670.034,05	692.590,26	
Média Ponderada de Recebimentos	(d = a/c*100)	10,88%	16,62%	28,06%	
Média Percentual de Recebimentos dos três últimos exercícios	(e = $\sum(d)/3$)	18,52%			
Ajuste para perdas	(f = 100-e)	81,48%			

O percentual de 81,48% foi aplicado nos saldos contábeis das contas de créditos por outras responsabilidades / danos ao patrimônio e de créditos por outros contratos, em 31/12/2015, resultando nos valores de R\$ 1.916.799,78 e R\$ 189.051,40, respectivamente, registrados a título de ajuste para perdas.

Nota 3 – Estoques – Uma parte dos estoques, R\$ 7.980.077,47, é formada por materiais de consumo adquiridos e armazenados em almoxarifado gerenciado pela Diretoria de infraestrutura, para uso do Tribunal. O montante de R\$ 368.951,96 refere-se a materiais médicos e odontológicos armazenados em almoxarifado





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

administrado pelo Centro de Saúde do PJPE. Assim, os estoques totalizam R\$ 8.349.029,43.

Nota 4 – VPD Pagas Antecipadamente – Em 2015, não existiu saldo referente a pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas. Apenas em 2014 houve saldo conforme detalhado abaixo, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorreram até o término do exercício 2015. Ressalta-se que as despesas pagas antecipadamente deste Poder com saldo em 31/12/15 ocorreram por meio da UG 070002 – FERM.

Descrição	Exercício 2015	Exercício 2014
Prêmios de Seguros a Apropriar	-	34.333,35
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	-	31.274,13
TOTAL	-	65.607,48

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Créditos a Longo Prazo – O montante de R\$ 56.207,31 refere-se a expectativa de recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa não Tributária, realizáveis no longo prazo, relativos a multa contratual e valores recebidos indevidamente por ex-servidores.

Considerando que a Dívida Ativa inscrita apresenta certo grau de incerteza quanto à recuperabilidade dos respectivos créditos, em observância aos princípios de contabilidade, foi adotada a metodologia definida para o ajuste para perdas, baseada na média percentual de recebimentos passados, explicada no item 2.2, cujo cálculo encontra-se evidenciado no quadro a seguir.

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos da Dívida Ativa Não Tributária				
Descrição		2014	2013	2012
Créditos recebidos no exercício	(a)	32.009,86	58.293,07	13.681,37
Soma dos saldos mensais dos créditos a receber	(b)	6.325.640,76	5.840.519,27	4.589.147,84
Média anual de saldos mensais	(c = b/12)	527.136,73	486.709,94	382.428,99
Média Ponderada de Recebimentos	(d = a/c*100)	6,07%	11,98%	3,58%
Média Percentual de Recebimentos dos três últimos exercícios	(e = $\sum(d)/3$)		7,21%	
Percentual do Ajuste para perdas	(f = 100-e)		92,79%	





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

O percentual de 92,79% foi aplicado no saldo contábil de dívida ativa de 31/12/2015, resultando no valor de R\$ 723.367,05, registrado a título de ajuste para perdas, conforme demonstrado abaixo.

Descrição	2015	2014
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	779.574,36	561.819,15
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(723.367,05)	-
TOTAL	56.207,31	561.819,15

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Estoques – O saldo de R\$ 6.441.095,11 refere-se a bens classificados como inservíveis no Relatório de Inventário de Bens Móveis do exercício de 2014, finalizado em 2015, elaborado pela Diretoria de Infraestrutura. Considerando que esses bens perderam as características de imobilizado e em razão de não haver expectativa para destinação desses no curto prazo, foram reclassificados para a conta de estoque no realizável a longo prazo.

Nota 7 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo, todos os bens do Poder estão centralizados na unidade TJPE, em razão do FERM-PJ não possuir ativos dessa natureza. Conforme exposto no item 2.6, ainda não há o reconhecimento da depreciação nas demonstrações do TJPE.

Descrição	2015	2014	Crescimento R\$
	(a)	(b)	(c) = (a – b)
Bens Móveis	200.951.138,43	185.962.894,75	14.988.243,68
Bens Imóveis	482.843.809,89	256.889.062,11	225.954.747,78
TOTAL	683.794.948,32	442.851.956,86	240.942.991,46

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Comparando o saldo total de 2014 para 2015, verifica-se um acréscimo de R\$ 240.942.991,46, dos quais R\$ 225.954.747,78 refere-se aos bens imóveis e os R\$ 14.988.243,68 restantes a bens móveis.

Devido à relevância desse grupo, optou-se pela divisão da nota em 7.1 e 7.2, Bens Móveis e Imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo.

Nota 7.1. Imobilizado- Bens Móveis – O inventário inicial desses bens, realizado pela Diretoria de Infraestrutura com apoio da área de Tecnologia da Informação e





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Comunicação, teve seu levantamento físico realizado ainda em 2014 e a conclusão da análise dos trabalhos em meados de 2015. O saldo contábil de 2015, no montante de R\$ 200.951.138,43, compõe os ajustes do referido inventário, assim como a movimentação de entradas e saídas do exercício.

Devido a mudança na estrutura do novo plano de contas do e-Fisco, os valores registrados nas contas detalhadas até o exercício de 2013 foram transportados para 2014 agrupados em conta contábil sintética, “Bens Móveis a Classificar até 2013”, no montante de R\$ 178.632.623,86. No entanto, a reclassificação para as novas contas contábeis só veio a ocorrer em 2015 ante perspectiva de entrada em operação em 2014 do sistema PE-Integrado, o qual impactaria nos registros contábeis no e-Fisco. Dessa forma, optou-se por demonstrar no quadro abaixo qual seria o detalhamento para fins de melhorar a evidenciação dos dados quando comparados com 2015.

Descrição dos Bens	2015	2014
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	40.877.299,43	42.089.862,04
Bens de Informática	86.492.493,99	69.387.232,21
Móveis e Utensílios	56.273.059,50	57.712.093,02
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	17.794,90	10.284,90
Obras de Arte e Peças para Exposição	78.378,80	103.393,86
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.481.161,81	1.323.935,32
Veículos	15.730.950,00	15.336.093,40
Total	200.951.138,43	185.962.894,75

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7.2. Imobilizado - Bens Imóveis – Os bens encontram-se estruturados nos grupos abaixo, identificados individualmente.

Descrição dos Bens	2015	2014
Edificações em Geral	324.815.390,56	167.057.005,34
Terrenos sem Edificações	12.609.758,54	869.002,40
Terrenos com Edificações	65.112.268,02	5.524.636,52
Bens Imóveis - Obras em Andamento	76.950.160,57	72.199.399,73
Estudos e Projetos	212.073,95	176.006,27
Instalações	3.144.158,25	11.002.904,09
Bens Imóveis Até 2013 ¹	-	60.107,76
Total	482.843.809,89	256.889.062,11

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Saldo remanescente a classificar, decorrente da implantação no novo plano de contas em 2014.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Dos dados acima, observa-se um acréscimo nos bens imóveis no montante de R\$ 225.954.747,78, resultante de diversos fatos aumentativos e diminutivos ocorridos no período, dentre os quais, destaca-se R\$ 203.599.850,16, relativo aos registros dos pareceres técnicos avaliatórios do setor de engenharia, evidenciado no quadro abaixo. Ressalta-se ainda o montante de R\$ 24.680.579,98 que diz respeito a obras em andamento.

Variação do Imobilizado decorrentes de avaliações técnicas	
Edificações em Geral	134.070.961,66
Terrenos sem Edificações	11.251.851,98
Terrenos com Edificações	59.527.524,74
Instalações ¹	(1.250.488,22)
TOTAL	203.599.850,16

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Corresponde a diferença do valor contábil para o valor avaliado pelo setor de engenharia, quando da avaliação das instalações dos Chlliers do Fórum do Recife.

Contudo, em que pese os avanços e os esforços despendidos, em especial diante do novo conceito do ativo imobilizado, as informações registradas na contabilidade do Poder ainda não refletem todo acervo imobiliário, inclusive, alguns bens registrados demandam ainda análise mais detalhada da situação.

Os bens estão sendo avaliados pela área de engenharia, com cronograma de conclusão até final de 2016, tendo sido iniciadas a partir do final de 2013. Quanto aos aspectos econômicos, os efeitos dessas avaliações foram registrados apenas em 2015, em função da revisão do detalhamento das contas patrimoniais no e-Fisco versus as discussões de integração com o sistema PE-Integrado.

Outro ponto importante a mencionar diz respeito ao mapeamento realizado dos imóveis, o qual ratificou a necessidade de medidas urgentes com o intuito de prover os meios em prol do registro cartorário e da atualização das cessões ou doações realizadas pela União, Estado e Municípios. Providências essas, de tamanha relevância para a geração do devido cadastro patrimonial de cada bem no sistema PE - Integrado ou outro que venha a ser implantado no Poder, haja vista, a existência das seguintes situações exemplificadas abaixo:

- a) Terrenos e/ou edificações cedidos ou doados, não possuindo a área de patrimônio os respectivos termos de cessão ou de doação, ou quando existentes, em sua grande maioria, desatualizados;
- b) Edificações realizadas pelo TJ em terrenos cedidos ou doados, igualmente sem os documentos acima ou pendente de registro em nome do Poder.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

As medidas acima também são necessárias para subsidiarem o devido registro contábil, tanto no cedente como no cessionário, haja vista o novo conceito de ativo, definido pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, de uso obrigatório pelos entes federados.

O quadro abaixo resume a realidade patrimonial do Poder.

Classificação dos imóveis (Terreno e/ou Edificação)	Quantidade de Imóveis Registrados na Contabilidade (a)	Quantidade de Imóveis Controlados pelo Setor de Patrimônio (b)	% dos imóveis Registrados na Contabilidade em relação ao total (c=a/b*100)	Avaliações Registradas na Contabilidade
Próprio com registro cartorário	109	122	89,34%	57
Documentação cartorária não identifica a propriedade	15	54	27,78%	13
Cedido por Município	9	31	30,00%	9
Cedido pelo Estado	29	80	35,80%	24
Sub Judice	1	2	50,00%	1
Cedido pela União	-	5	-	-
Total de Imóveis	163	294	55,44%	104

Nota 8 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada para aqueles com vida útil atribuída como definida, detalhado no quadro abaixo.

Detalhamento		2015	2014
Softwares em Uso	(a)	19.320.138,83	21.574.635,87
Softwares em Desenvolvimento	(b)	-	102.629,35
Amortização	(c)	10.381.282,91	7.994.322,24
TOTAL	(d) = (a + b - c)	8.938.855,92	13.682.942,98

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, e encargos a pagar, entre outros, com vencimento no curto prazo, evidenciados no quadro.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Descrição	2015	2014
Pessoal a Pagar do Exercício	48.979.211,19	19.816,89
Contribuição ao SASSEPE a Pagar	496.543,99	455.476,88
RPPS a pagar	8.175.050,60	-
INSS - Contribuição Sobre Salários e Remunerações	792.121,44	440.417,56
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	26.197,72	394.213,62
TOTAL	58.469.124,94	1.309.924,95

¹ Obrigação a pagar referente a Parcela Autônoma de Equivalência – PAE e auxílio alimentação atrasado devidos a magistrados.

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 10 – Provisões Sobre Folha de Pagamento a Curto Prazo – Reconhecimento de obrigação para com seus agentes públicos, oriundo de direitos legais relacionados a férias, incluindo os respectivos encargos, proporcionalmente ao período a que faz jus cada magistrado e servidor público.

O montante provisionado encontra-se detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2015	2014
Pessoal	101.750.951,28	135.129.522,58
Provisão de Férias Folha Pessoal da UG	72.471.789,44	95.932.926,82
Provisão de Férias - Abono Constitucional Folha Pessoal da UG	24.157.569,41	31.977.616,20
Provisão do Auxílio Alimentação s/Férias	5.121.592,43	7.218.979,56
Encargos Sociais a Pagar	16.517.035,89	22.621.782,70
Provisão de Encargo Patronal ao RPPS – Ativo Civil	16.239.238,02	22.100.215,33
Provisão de Encargo Patronal ao INSS – Ativo Civil	277.797,87	521.567,37
TOTAL	118.267.987,17	157.751.305,28

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreende outras obrigações da entidade junto a terceiros, destacando-se as obrigações com FUNAFIN e impostos retidos, a recolher na época própria, conforme quadro.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Descrição	2015	2014
Contribuições FUNAFIN a Recolher	21.716.213,66	18.488.697,84
Impostos Retidos	18.618.707,71	14.739.627,31
Demais Obrigações	1.229.296,59	1.149.952,07
TOTAL	41.564.217,96	34.378.277,22

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 12 – Resultados Acumulados – Compõe o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2015	2014
Resultado do Exercício ¹	6.625.335,72	(83.429.762,24)
Ajustes de Exercícios Anteriores	208.714.412,42	(55.209.787,33)
Subtotal	215.339.748,14	(138.639.549,57)
Resultado de Exercícios Anteriores	334.305.552,47	472.945.102,04
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	549.645.300,61	334.305.552,47

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2015	2014
Avaliação de Imóveis	204.790.769,70	-
Provisões sobre folhas de pagamento	4.926.098,38	(55.155.127,56)
Inventário 2014	(670.460,26)	-
Despesas de Exercício Anterior	(234.871,49)	-
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(97.123,91)	(54.659,77)
TOTAL	208.714.412,42	(55.209.787,33)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

O montante de R\$ 204.790.769,70, relativo aos procedimentos de avaliação dos bens imóveis deste Poder, decorre do trabalho realizado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, conforme detalhado na NE 6.2, bem como de outras duas avaliações realizadas pela Caixa Econômica Federal e pela Prefeitura





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

de Toritama para fins de doação e permuta. Destaca-se que os imóveis constantes na contabilidade estavam registrados pelo custo histórico e não refletiam sua realidade patrimonial, fato que persiste para alguns bens, em razão da quantidade de imóveis que este Tribunal possui. Já o valor de R\$ 670.460,26 refere-se ao ajuste decorrente de divergência entre o inventário realizado pela Gerência de Patrimônio e os registros contábeis, conforme citado na NE 6.1. Tal fato também é considerado procedimento de adoção inicial, razão pela qual foi lançada como ajuste de exercício anterior.

O valor de R\$ 4.926.098,38 corresponde a ajuste do registro de provisões realizado em 2014 e o montante de R\$ 234.871,49 reflete o valor das despesas de exercício anteriores que foram empenhadas em 2015, cujo fato gerador ocorreu em 2014 ou antes desse exercício, sem o correspondente registro da obrigação patrimonial.

Por fim, dos demais ajustes de exercício anterior, evidenciado pelo valor negativo de R\$ 97.123,91, R\$ 53.079,56, correspondente a 54,65%, refere-se à contrapartida de amortização acumulada, registrada em função da revisão do tempo de vida útil dos intangíveis, ocorrida em 2015, cujos períodos de competência são anteriores a 2014. O restante no valor de R\$ 44.044,35 refere-se à retificação de erro relativo a registro indevido de amortização em 2014, além de baixa de ativo por suprimento concedido em 2014, cuja prestação de contas ocorreu naquele exercício, sem o devido registro de baixa do adiantamento.

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/64

Nota 13 – Evidencia a composição patrimonial, conforme estrutura determinada na Lei Federal nº 4.320/64. O patrimônio é dividido em ativo, passivo e patrimônio líquido. O ativo e passivo são segregados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros, correspondendo em 2015 ao montante R\$ 11.356.486,31, evidenciado ainda em quadro próprio, conforme Nota 15.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/64

Nota 14 - Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações a esse título, especialmente daquelas relacionadas a garantias





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

e contragarantias recebidas e direitos contratuais. No entanto, esforços estão sendo despendidos objetivando a efetiva evidenciação.

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012 em outras contas de compensação associadas ao controle financeiro das contas bancárias vinculadas a pagamentos de precatórios subordinados ao regime especial que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 62/2009. As contas são de titularidade dos entes, administradas pelo Tribunal de Justiça.

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/15	31/12/14
Estado de Pernambuco	7.912.680,01	30.497.350,35
Municípios	12.701.394,70	11.702.454,26
Total	20.614.074,71	42.199.804,61

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/64

Nota 15 - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado nesse quadro por destinação de recursos. Esse montante, quando positivo, representa fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte, pois em sua essência, é sobra de recurso que pode ser utilizada futuramente, observadas as vinculações legais.

Descrição	2015	2014
Recursos Ordinários - Administração Direta	11.127.882,89	23.631.641,80
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	228.603,42	1.901.375,72
TOTAL	11.356.486,31	25.533.017,52

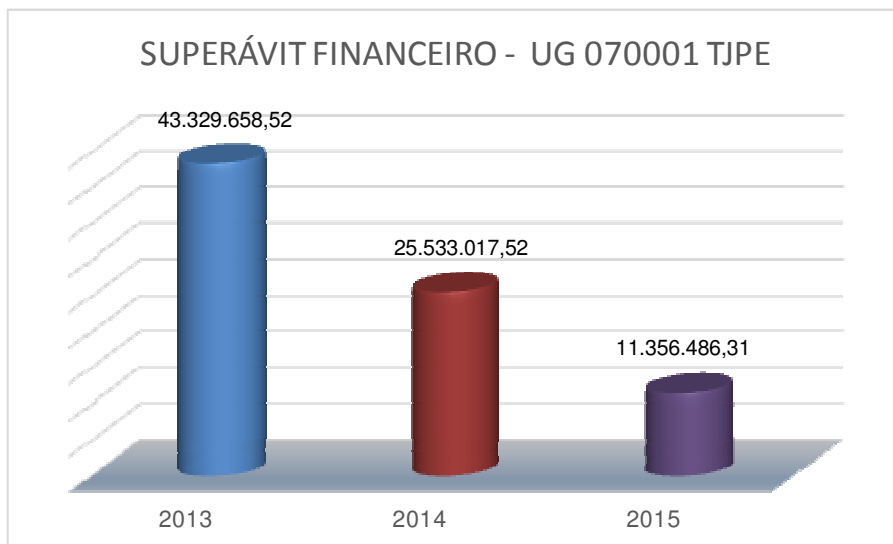
Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

O Gráfico abaixo evidencia o superávit financeiro apurado nos três últimos exercícios, para fins de melhor evidenciação da evolução do crescimento.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015



4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Conforme facultado pelo MCASP e IPC 05, a DVP não apresenta o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes da execução orçamentária, que consistem em incorporação e desincorporação de ativos e/ou passivos, os quais não representam alteração quantitativa patrimonial. Destaca-se em 2015, a incorporação de ativos mediante despesa orçamentária de capital no valor de R\$ 1.899.955,20, relativo à aquisição de equipamentos de informática.

Nota 1 – Transferências Intragovernamentais Recebidas - Compreendem os duodécimos recebidos do Poder Executivo, bem como as transferências de almoxarifado, bens móveis, bens imóveis e softwares recebidas do FERM-PJ, em virtude de o controle patrimonial do Poder Judiciário ocorrer de forma centralizada na UG 070001 – TJPE, conforme apresentados no quadro a seguir. Destaca-se





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

que as referidas transferências recebidas pelo TJPE aparecem como concedidas no FERM-PJ, anulando-se numa demonstração consolidada do Poder.

Descrição	2015	2014
Duodécimos Recebidos	1.137.111.796,00	989.992.299,96
Bens Móveis - transferências recebidas no mesmo órgão	16.516.813,04	5.574.366,89
Almoxarifado - transferências recebidas no mesmo órgão	4.598.729,41	3.320.593,56
Bens Imóveis - transferências recebidas no mesmo órgão	25.144.926,78	31.267.801,47
Softwares – transferências recebidas no mesmo órgão	2.988.885,82	792.068,01
TOTAL	1.186.361.151,05	1.030.947.129,89

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Transferências Intergovernamentais Recebidas – O montante de R\$ 4.342.555,16, compreende a doações de computadores e scanners realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça no valor de R\$ 3.843.652,00, além de R\$ 498.903,16 referente ao registro de um imóvel permutado por outro de valor semelhante com município de Toritama.

Nota 3 – Ganhos com Incorporação de Ativos – No total de R\$ 269.965,56, referem-se principalmente às incorporações das devoluções de materiais de consumo requisitados pelos diversos setores do Tribunal para o almoxarifado.

Nota 4 – Desincorporação de Passivos – Montante relativo a baixa de obrigações com pessoal de exercícios anteriores, especificamente com parcela autônoma de equivalência PAE, pago a Magistrados, consoante informações da Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP.

Nota 5 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Destacam-se as variações patrimoniais aumentativas relativas a outras restituições, no valor de R\$ 1.275.452,47, decorrentes de encontros de contas de servidores e ex-servidores, bem como do registro de créditos a receber por apropriação indébita.

Descrição	2015	2014
Outras Restituições	1.275.452,47	1.809.487,63
Ressarcimento de despesa com pessoal à disposição - União	751.666,04	906.828,26
Ressarcimento de despesa com pessoal à disposição – Estado	220.351,21	167.740,38
Ressarcimento de despesa com pessoal à disposição - Município	162.198,52	226.356,42
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas Diversas	61.554,04	155.023,48
TOTAL	2.471.222,28	3.265.436,17

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 6 – Serviços – A redução dessa variação em 2015, comparada ao valor de 2014, não significa uma redução de despesa, uma vez que as variações patrimoniais apresentadas nesta demonstração não representam todas as variações do Poder Judiciário, pelo fato da UG 070002 FERM executar parte do orçamento. Por essa razão, a execução desse item em 2015 reduziu expressivamente em relação à 2014, enquanto que na UG do FERM houve um aumento. Inclusive, em valores globais, houve uma diminuição, reflexo da política de redução de gastos, bem como pelo registro de despesas orçamentárias de exercícios anteriores como ajuste de exercício anterior, tendo alcançado em 2015 o montante de R\$ 117.408.120,84, menor que o valor realizado em 2014 de R\$ 118.987.533,02.

Nota 7 – Transferências Intragovernamentais Concedidas – Correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis, imóveis, almoxarifado e/ou softwares. Do montante total de R\$ 4.117.170,33, destaca-se a doação para o Estado de Pernambuco, lei nº 15.243 de 19/03/2014, antigo prédio do Jornal do Comércio (Rua do Imperador D. Pedro II, nº 346 e Rua Marquês do Recife, s/nº, bairro de Santo Antônio), no valor de R\$ 4.000.000,00, em conformidade com a documentação disponibilizada pela área de patrimônio em 28/04/15. Já o valor de R\$ 109.408,31 refere-se a equipamentos de informática doados à Secretaria Executiva de Ressocialização do Estado de Pernambuco, conforme termo de doação nº 001/2015. Por sua vez, a quantia de R\$ 7.762,02 compreende créditos a receber transferidos para o FERM, relativos à dívida ativa arrecadada em 2015, cujos recursos orçamentários pertencem aquela UGE.

Descrição	2015	2014
Créditos - Transferências Concedidas No Mesmo Órgão	7.762,02	106.464,29
Bens Móveis - Doações Concedidas Para Outro Órgão	109.408,31	17.159,28
Bens Imóveis - Transferências Concedidas Para Órgão	4.000.000,00	-
Repasse Financeiro Concedido	-	30.536.484,91
TOTAL	4.117.170,33	30.660.108,48

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 8 – Transferências Intergovernamentais Concedidas - O montante de R\$ 500.919,53 compreende imóvel permutado por outro de valor semelhante com município de Toritama.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 9 – Transferências a Instituições Privadas – Correspondem à despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.493.159,02, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.

Nota 10 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – Refere-se ao registro de ajuste para perdas realizado na conta de créditos a receber, bem como na de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia prevista no MCASP - 5º edição – Parte III, que considera o histórico de recebimentos passados, detalhada no item 2.2.

O quadro a seguir apresenta os valores registrados a título de ajuste para perdas dos créditos a receber e dívida ativa, cujos cálculos estão detalhados nas Nota 2 e 5 do balanço patrimonial. Além disso, a tabela abaixo evidencia o montante lançado pela desincorporação de outros créditos não tributários, em razão de processos prescritos e não passíveis de inscrição em dívida ativa.

Descrição	2015	2014
Ajuste para perdas em créditos não tributários	2.105.851,18	-
Ajuste para perdas em dívida ativa não tributária	723.367,05	-
Desincorporação de outros créditos não tributários	16.784,27	-
TOTAL	2.846.002,50	-

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 11 – Desincorporação de Ativos – O montante de R\$ 3.269.313,62 refere-se a baixa de softwares, conforme definição da área técnica responsável, quando da revisão da vida útil dos intangíveis.

Nota 12 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – O valor de R\$ 101.794,00 refere-se a outras indenizações e restituições. A redução do montante em 2015, comparado a 2014, justifica-se pelo fato das variações patrimoniais apresentadas nesta demonstração não representarem todas as variações do Poder Judiciário, pelo fato da UG 070002 FERM executar parte do orçamento.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/64.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Quadro principal do Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Ressalta-se que por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2015, assim como em 2014, não há informações a serem apresentadas a esse título.

Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Como consequência desse dispositivo, o Balanço do TJPE apresenta um déficit justificado na Nota 1.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 1 – Déficit – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, conforme evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.

As transferências importaram em R\$ 1.137.111.796,00, compondo este montante o valor de R\$ 40.000.000,00 resultante da suplementação ocorrida através do Decreto nº 41.953/2015. Também compõe o referido déficit, parte dos créditos adicionais suplementares abertos no exercício, no valor de R\$ 25.533.017,52, advindo da fonte de recurso do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Receitas Realizadas	Despesas empenhadas	Déficit
(a)	(b)	(c) = (a – b)
10.666.955,09	1.161.955.282,30	(1.151.288.327,21)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Ressalta-se que as receitas realizadas foram em sua maioria advindas dos rendimentos de aplicação financeira das fontes 101-Recursos Ordinários – Recursos do Tesouro e 121-Alienação de Ativos.

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas e concedidas, o resultado apresentado seria de R\$ (14.176.531,21).

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Transferências Concedidas	Despesas empenhadas	Déficit
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c - d)
10.666.955,09	1.137.111.796,00	-	1.161.955.282,30	(14.176.531,21)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Cabe esclarecer que o resultado persiste como deficitário, em razão de parte das despesas empenhadas terem sido custeadas por meio de suplementação realizada com fonte de recursos do superávit financeiro no montante de R\$ 25.533.017,52. Esta fonte de recursos representa a utilização de sobra de caixa do exercício anterior, respeitando as vinculações legais.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 2 – Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) – O montante de R\$ 25.533.017,52 representa o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2014, utilizado em sua totalidade como fonte para abertura de créditos adicionais (suplementares) no exercício de 2015, detalhado no quadro abaixo.

Recursos Ordinários - Administração Direta	23.631.641,80
Recursos de Alienação de Bens	1.901.375,72
TOTAL	25.533.017,52

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

NE 3 – Dotação Atualizada – A dotação inicial contemplava a liberação de recursos no montante de R\$ 103.000.000,00, exclusivamente para aplicação em investimentos do Poder, quantia que seria advinda de parte de operação de crédito a ser contraída pelo Poder Executivo. No entanto, devido à crise econômica despontada no país, a liberação não se concretizou. Como consequência, o Estado reverteu o orçamento a seu favor, anulando o correspondente das disponibilidades orçamentárias do Poder, conforme Decreto nº 42.464/2015. Diante de novas negociações, o Governo do Estado concedeu uma suplementação de R\$ 40.000.000,00, por meio do Decreto nº 41.953/2015. Além disso, o Poder se valeu do superávit financeiro do exercício anterior para também reforçar seu orçamento.

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação Recursos do Estado	Suplementação Recursos do TJ	Anulação Dotação (Op.de Credito)	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b + c - d)
1.200.816.700,00	40.000.000,00	25.533.017,52	103.000.000,00	1.163.349.717,52

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – Despesas Empenhadas e Liquidadas – Atingiram o montante de R\$ 1.161.955.282,30, correspondendo a 99,88% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 1.394.435,22, ou ainda, 0,22% das autorizações.

Dotação Atualizada da Despesa	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação
(a)	(b)	(c) = (a-b)
1.163.349.717,52	1.161.955.282,30	1.394.435,22

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, consignações, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida das deduções. Entretanto, não ocorreu restituição por parte do TJPE, motivo pelo qual a coluna de deduções não apresenta valores, conforme quadro abaixo.

ESPECIFICAÇÃO	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)
Ordinária	10.666.955,09	-	10.666.955,09
Recursos Ordinários - Administração Direta	10.439.772,19	-	10.439.772,19
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	227.182,90	-	227.182,90
Vinculada	-	-	-
Recursos de Convênios	-	-	-
TOTAL	10.666.955,09	-	10.666.955,09

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Os recursos provenientes da alienação de outros ativos, no valor de R\$ 227.182,90, referem-se a rendimentos de aplicação financeira, decorrente de recursos disponíveis em Caixa ou Equivalentes de Caixa, originados de alienação de ativos.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Nota 2 –Transferências Financeiras Concedidas – Em 2015 não foram concedidos repasses financeiros. O valor de R\$ 30.536.484,91 em 2014 corresponde a recurso transferido ao FERM-PJ relativo a saldo remanescente do superávit financeiro do exercício 2013, na fonte de recursos diretamente arrecadados, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º da Instrução de Serviço nº 07/2013, respaldada na Lei nº 14.989/2013. Por não haver mais saldo a transferir, não há registro em 2015.

Nota 3 – Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se a diminuição do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 5.980.561,90, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2014, reflexo do resultado orçamentário deficitário, conforme quadro abaixo.

Saldo Final 31/12/2015	Saldo Final 31/12/2014	Resultado Financeiro 2015
(a)	(b)	(c) = (a - b)
56.660.127,00	62.640.688,90	(5.980.561,90)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Elaborada pelo método direto, evidencia as movimentações ocorridas no exercício na conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Por estar no primeiro exercício de apresentação, a DFC não evidencia os valores da coluna referente ao exercício anterior, conforme previsto no MCASP e na IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade.

Destaca-se que o fluxo de caixa positivo das operações custeia o fluxo negativo de investimento, representando que recursos operacionais foram aplicados na aquisição de ativos não circulantes. Tal movimentação considera as despesas





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

empenhadas e pagas no exercício, além daquelas pagas a título de restos a pagar.

Nota 01 – Transferências Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.137.111.796,00, advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, composto por R\$ 1.097.111.796,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA, somado a R\$ 40.000.000,00, resultante do Decreto nº 41.953/2015 ambos para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 010100000-Recursos Ordinários - Administração Direta (Fonte Tesouro).

Nota 02 – Transferências Concedidas – Correspondem à despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.622.470,87, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.

Nota 03 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários no montante de R\$ 7.218.391,23, representados principalmente por retenções e depósitos diversos, que afetaram positivamente o saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa.

Tal sistemática está em conformidade com o disposto no MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 6.5, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição. Tal situação decorre do fato da despesa orçamentária paga está evidenciada pelo seu valor bruto, quando em sua execução o pagamento é realizado pelo valor líquido aos credores e o recolhimento das respectivas retenções ocorrerem em data diversa. Além disso, os valores de terceiros, a exemplo de cauções, compõem o saldo de caixa e equivalentes de caixa e constam nessa movimentação extraorçamentária por não representar ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento.

8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 11 do Anexo VI da Resolução TCE nº 23/2015, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foi elaborado o quadro abaixo referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial, entradas, saídas e saldo final.





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2015

Discriminação	Fontes		TOTAL
	101000000 Recurso do Tesouro Estadual	121000000 Alienação de Ativos	
Saldo inicial 2015 (I)	23.631.641,80	1.901.375,72	25.533.017,52
Entradas (II)	1.147.551.568,19	227.182,90	1.147.778.751,09
Duodécimos Recebidos	1.137.111.796,00	-	1.137.111.796,00
Receitas Orçamentárias	10.439.772,19	227.182,90	10.666.955,09
Saídas (III)	1.160.055.327,10	1.899.955,20	1.161.955.282,30
Despesas Liquidadas	1.160.055.327,10	1.899.955,20	1.161.955.282,30
Saldo Final 2015 (IV) = (I + II - III)	11.127.882,89	228.603,42	11.356.486,31

Fonte: e-Fisco Financeiro

Recife, 18/03/2016

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Presidente

